



Estratégia Global para a Conservação de Plantas



Estratégia Global para a Conservação de Plantas

Dados da Edição em Português

Tradução: Maria Teresa Bernardes

Revisão: Homero Café

Edição: Zerovinteum Design

E82

Estratégia global para a conservação de plantas. – Rio de Janeiro: Rede Brasileira de Jardins Botânicos, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, BGCI, 2006. 14 p. : il. ; 30 cm.

ISBN 85-98262-04-8

Tradução de: *Global strategy for plant conservation.*

I. Conservação. 2. Biodiversidade. I. Rede Brasileira de Jardins Botânicos. II. Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. III. Botanic Gardens Conservation International.

CDD 333.95

1	2	3
4		
6	7	8

Fotografias:

1, 2, 4, 5, 6, 7 © Peter Wyse Jackson/BGCI

3 © foto FAO/G. Bizzarri

8 © foto FAO/R. Faidutti

Dados da Publicação Original:



CBD



UNEP

Publicado pela Secretaria da Convenção sobre Diversidade Biológica

The Secretariat of the Convention on Biological Diversity
World Trade Centre, 393 St. Jacques, Suite 300,
Montreal, Quebec, Canada H2Y 1N9

Tel: +1 (514) 288-2220

Fax: +1 (514) 288 6588

E-mail: secretariat@biodiv.org

Website: <http://www/biodiv.org>

ISBN 09-53914-15-1

Publicado em associação com o Botanic Gardens Conservation International



Botanic Gardens Conservation International
Descanso House, 199 Kew Road, Richmond,
Surrey TW9 3BW, U.K.

Tel: +44 (0)20 8332 5953

Fax: +44 (0)20 8332 5956

E-mail: info@bgci.org.uk

Internet: www.bgci.org.uk

Instituição de Caridade Reg. R.U. No 328475

Cópias adicionais poderão ser solicitadas através da Secretaria da Convenção sobre Diversidade Biológica ou do Botanic Gardens Conservation International.

Prefácio

As plantas são componentes vitais da diversidade biológica mundial e um recurso essencial para o bem-estar humano. Além das plantas agrícolas que nos fornecem alimento e fibras básicas, muitos milhares de plantas silvestres são de grande importância econômica e cultural e têm enorme potencial, servindo de alimento, medicamento, combustível, vestuário e abrigo para um número considerável de pessoas no mundo. Só a medicina tradicional chinesa faz uso de mais de 5.000 espécies de plantas e os medicamentos tradicionais da Índia baseiam-se em 7.000 plantas diferentes. As plantas também desempenham um papel fundamental na manutenção de funções básicas do ecossistema e são indispensáveis para a sobrevivência da vida animal em nosso planeta.

No entanto, apesar de nossa dependência, a situação das plantas chegou a um ponto crítico. Embora ainda seja necessário muito trabalho para se avaliar o estado de conservação das plantas do mundo, verifica-se que entre 60.000 e 100.000 espécies de plantas no mundo estão ameaçadas de extinção.

As plantas são ameaçadas por vários fatores combinados: a coleta excessiva, as práticas insustentáveis de agricultura e silvicultura, a urbanização, a poluição, as mudanças no uso do solo, o alastramento de espécies exóticas invasoras e as alterações climáticas.

Trabalhando através de uma parceria única no gênero entre organizações internacionais e nacionais, as Partes, outros Governos e ONGs, a Convenção sobre Diversidade Biológica desenvolveu - passados apenas dois anos desde a Gran Canaria Declaration - uma Estratégia Global para a Conservação de Plantas, a qual foi adotada por unanimidade por ocasião da sexta reunião da Conferência das Partes da Convenção realizada em Haia em abril de 2002 (decisão VI/9). Embora o essencial da Estratégia seja a conservação de plantas, outros aspectos também estão incluídos, tais como o uso sustentável, a repartição de benefícios e a capacitação.

A Estratégia oferece uma estrutura inovadora para ações no nível global, regional, nacional e local. Essa dimensão global é importante porque facilita o desenvolvimento de um consenso sobre os principais objetivos, metas e ações e intensifica a colaboração e a sinergia em todos os níveis. A Estratégia conta com o apoio de uma ampla gama de organizações e instituições - governos, organizações intergovernamentais, organizações dedicadas à conservação e à pesquisa (tais como conselhos gestores de áreas protegidas, jardins botânicos e bancos de genes), universidades, instituições de pesquisa, organizações não governamentais e suas redes, e o setor privado. O elemento mais inovador da Estratégia

é a inclusão de 16 metas orientadas pelos objetivos, tendo como alvo atingir até 2010 uma série de objetivos mensuráveis. É a primeira vez que metas desse tipo são adotadas sob a Convenção e o bom resultado desta abordagem será observado com interesse como um modelo em potencial para outros programas de trabalho.

Os Governos nacionais vêm sendo convidados a adotar suas próprias metas dentro da estrutura da Estratégia e a trabalhar de forma coordenada para que os objetivos sejam atingidos até 2010.

Agradeço a todas as organizações e indivíduos do mundo inteiro que contribuíram para o desenvolvimento da Estratégia Global para a Conservação de Plantas. Também desejaria expressar minha gratidão pelo apoio generoso oferecido pelo Botanic Gardens Conservation International e o HSBC, através da parceria "Investindo na Natureza", que tornaram possível esta publicação da Estratégia Global para a Conservação de Plantas.

A Estratégia e suas 16 metas descrevem com clareza o desafio para todos nós. Convido-os a se juntarem a nós na implementação da Estratégia em todos os níveis, desde o local até o internacional, para que possamos atingir essas metas até 2010 e salvaguardar a diversidade vegetal do mundo.



Hamdallah Zedan
Secretário Executivo
Convenção sobre Diversidade Biológica

Notas Preliminares

A Estratégia Global para a Conservação de Plantas é apresentada aqui conforme foi aprovada na Decisão VI/9 da Conferência das Partes (COP) - Países Signatários da Convenção sobre Diversidade Biológica, na data de 19 de abril de 2002 em Haia.

A seção abaixo contém a Decisão VI/9 em que a GSPC é adotada. Solicita-se ao leitor que observe que o texto original da decisão compõe-se de três partes: as recomendações, o anexo, que contém a estratégia, e o apêndice do anexo, que incorpora as “Condições e o embasamento técnico para as dezesseis metas da Estratégia Global”. Para facilitar a consulta, as condições e o embasamento técnico que constam no apêndice são apresentados aqui em quadros inseridos abaixo de cada meta da seção C do anexo (páginas 6 a 11).

Decisão VI/9.

Da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica sobre a Estratégia Global para a Conservação de Plantas

A Conferência das Partes

1. *Adota* a Estratégia Global para a Conservação de Plantas, inclusive as metas globais para 2010 mensuráveis, anexadas à presente decisão;

2. *Convida* organizações internacionais e regionais relevantes a endossarem a estratégia e a contribuírem para sua implementação, inclusive adotando estas metas, promovendo assim um esforço comum para se conter a perda da diversidade vegetal;

3. *Enfatiza* que as metas deverão ser vistas como uma estrutura flexível dentro da qual metas nacionais e/ou regionais poderão ser desenvolvidas conforme as prioridades e potenciais nacionais, e levando-se em conta os diferentes tipos de diversidade vegetal entre um país e outro;

4. *Convida* as Partes e os Governos a desenvolverem metas nacionais e/ou regionais, e, conforme for apropriado, incorporá-las em planos, programas e iniciativas relevantes, inclusive em suas estratégias nacionais de biodiversidade e planos de ação;

5. *Enfatiza* o papel potencial da estratégia para contribuir para a mitigação da pobreza e o desenvolvimento sustentável;

6. *Enfatiza* a necessidade da capacitação profissional, particularmente em países em desenvolvimento, pequenos Estados insulares em desenvolvimento, e países com economias em transição, para que tenham condições de implementar a estratégia;

7. *Convida* as Partes, outros Governos, o mecanismo financeiro e organizações de financiamento a contribuir com seu apoio adequado e oportuno para a implementação da estratégia, especialmente por Partes que são países em desenvolvimento, e em particular os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento dentre essas Partes, bem como por Partes com economias em transição;

8. *Decide* analisar, em suas oitava e décima reuniões, os progressos feitos para a realização das metas globais, e dar orientações adicionais à luz de tais análises, inclusive refinando as metas conforme for necessário;

9. *Decide* considerar a Estratégia Global para a Conservação de Plantas como uma abordagem-piloto para a utilização de metas mensuráveis sob a Convenção no contexto do Plano Estratégico, e também considerar uma aplicação mais ampla desta abordagem em outras áreas no âmbito da Convenção, incluindo outros grupos taxonômicos;

10. *Solicita* ao Órgão Subsidiário sobre Assessoramento Científico, Técnico e Tecnológico que:

- (a) Leve as metas em consideração em suas análises periódicas dos programas de trabalho temáticos e transversais da Convenção;
- (b) Desenvolva, dentro dos programas de trabalho temáticos e transversais da Convenção, diferentes maneiras de se promover a implementação da estratégia global para a conservação de plantas e de se monitorar e avaliar o progresso; e relate os resultados à Conferência das Partes em sua sétima reunião;

11. *Recebe* com satisfação a contribuição do “Grupo Gran Canaria” para o desenvolvimento desta Estratégia, e convida as organizações envolvidas e outras organizações relevantes, em colaboração com o Secretário Executivo, a contribuírem para o posterior desenvolvimento, implementação e monitoramento da Estratégia.

Anexo

Estratégia Global para a Conservação de Plantas

A. Objetivos

Até dois terços das espécies vegetais do mundo estão em perigo de extinção na natureza no decorrer do século XXI, ameaçadas pela expansão demográfica, o desflorestamento, a perda de habitats, o desenvolvimento destrutivo, o consumo excessivo de recursos, o alastramento de espécies exóticas invasoras e a expansão agrícola. Prevê-se que a perda da diversidade vegetal será maior ainda devido à erosão genética e o estreitamento da base genética de muitas espécies.

Gran Canaria Declaration,
2000

A abordagem ecossistêmica
A abordagem ecossistêmica é uma estratégia para o manejo integrado de recursos terrestres, hídricos e vivos que promove a conservação e o uso sustentável de uma maneira equitativa. A aplicação da abordagem ecossistêmica permite que se chegue a um equilíbrio entre os três objetivos da Convenção, que são a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização de recursos genéticos. A abordagem se baseia na aplicação de metodologias apropriadas focadas nos níveis de organização biológica que englobam os processos, funções e interações essenciais entre organismos e seus respectivos ambientes. Reconhece que o ser humano, com sua diversidade cultural, é parte integrante de um ecossistema. Conforme foi descrito pela Conferência das Partes, a abordagem ecossistêmica é a estrutura principal para as ações realizadas sob a Convenção.

1. O objetivo final e de longo prazo da Estratégia Global para a Conservação de Plantas é conter a corrente e continuada perda da diversidade de plantas.
2. A Estratégia fornecerá uma estrutura para facilitar a harmonização entre iniciativas existentes que objetivam a conservação de plantas, para identificar lacunas que careçam de novas iniciativas, e para promover a mobilização dos recursos necessários.
3. A Estratégia será uma ferramenta para o aprimoramento da abordagem ecossistêmica para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, enfocando o papel vital das plantas na estruturação e no funcionamento de sistemas ecológicos e garantindo a provisão dos bens e serviços proporcionados por tais sistemas.
4. A Estratégia também:
 - (a) Oferecerá um exercício-piloto no âmbito da Convenção, para o estabelecimento de metas relacionadas aos objetivos finais da Convenção;
 - (b) Servirá de recurso para o desenvolvimento e a implementação dos programas de trabalho temáticos da Convenção.
5. O objetivo final e de longo prazo incorpora uma série de subobjetivos que são identificados abaixo:
 - (a) Compreender e documentar a diversidade de plantas:**
 - (i) Documentar a diversidade vegetal do mundo, inclusive a forma como é utilizada e distribuída na natureza, em áreas protegidas e em coleções *ex situ*;
 - (ii) Monitorar o estado e as tendências da diversidade vegetal global, sua conservação, as ameaças à diversidade vegetal, e identificar espécies de plantas, comunidades de plantas, habitats e ecossistemas associados que estejam em risco, considerando inclusive as “listas vermelhas”;
 - (iii) Desenvolver um sistema de informações integrado, distribuído, interativo para gerenciar e disponibilizar informações sobre a diversidade vegetal;
 - (iv) Promover pesquisas sobre a diversidade genética, a sistemática, a taxonomia, a ecologia e a biologia da conservação de plantas, de comunidades de plantas, os habitats e ecossistemas associados, e sobre fatores sociais, culturais e econômicos que impactam a biodiversidade, a fim de que a diversidade de plantas, tanto na natureza quanto no contexto das atividades humanas, possa ser bem compreendida e utilizada como apoio para as ações em prol da conservação;
 - (b) Conservar a diversidade de plantas:**

Melhorar a conservação, o manejo e a restauração de longo prazo da diversidade de plantas, das comunidades de plantas e dos habitats e ecossistemas associados, *in situ* (tanto em ambientes mais naturais quanto nos mais manejados), e, onde for necessário, complementar as medidas *in situ*, *ex situ*, de preferência no país de origem. A Estratégia dedicará especial atenção à conservação das áreas globalmente importantes por sua diversidade vegetal, e à conservação de espécies de plantas que tenham importância direta para sociedades humanas;

A importância de metas mensuráveis
 Verifica-se que o mundo tende cada vez mais a incorporar metas de resultados mensuráveis em estratégias e outros planos adotados para a conservação da biodiversidade. Talvez o exemplo mais conhecido seja o dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, os quais foram adotados por muitos países, tanto os países desenvolvidos quanto os países em desenvolvimento.

Programas de trabalho temáticos da CDB
 A Conferência das Partes da Convenção deu início a cinco programas de trabalho temáticos voltados para a biodiversidade marinha e costeira, a biodiversidade agrícola, a biodiversidade florestal, a biodiversidade de águas continentais, e a biodiversidade de terras áridas e subúmidas. Cada programa temático estabelece uma visão para trabalhos futuros e os princípios básicos para orientá-los; especifica as questões principais a serem consideradas; identifica resultados potenciais; e sugere um cronograma e um meio de se conseguir atingir esses resultados.

(c) Usar a diversidade de plantas de forma sustentável:

- (i) Intensificar medidas destinadas a controlar a utilização insustentável de recursos vegetais;
- (ii) Apoiar o desenvolvimento de meios de subsistência baseados no uso sustentável de plantas, e promover a repartição justa e equitativa de benefícios derivados da utilização da diversidade vegetal;

(d) Promover a educação e a conscientização sobre a diversidade de plantas:

Articular e enfatizar a importância da diversidade de plantas, os bens e serviços que proporciona, e a necessidade de sua conservação e uso sustentável, a fim de mobilizar o apoio popular e político necessário para sua conservação e uso sustentável;

(e) Capacitação para a conservação da diversidade de plantas:

- (i) Ampliar a infra-estrutura de recursos humanos, físicos e tecnológicos necessários, e o apoio financeiro necessário para a conservação de plantas.
- (ii) Articular contatos entre atores e integrá-los a fim de maximizar ações e potenciais sinergias em prol da conservação de plantas.

B. Base racional, escopo e princípios gerais

6. As plantas são universalmente reconhecidas como uma parte vital da diversidade biológica mundial e como recurso essencial para o planeta. Além do pequeno número de plantas agrícolas utilizadas como alimento básico e como fibras, muitos milhares de plantas silvestres são de grande importância econômica e cultural e têm um enorme potencial, servindo de alimento, medicamento, combustível, vestuário e abrigo para um número considerável de pessoas no mundo todo. As plantas desempenham um papel primordial na manutenção do equilíbrio ambiental básico do planeta e da estabilidade dos ecossistemas, e representam um componente importante dos habitats para a vida animal do mundo. Embora um inventário completo das plantas do mundo ainda não tenha sido elaborado, estima-se que o número total de espécies de plantas vasculares seja da ordem de 300.000. É especialmente preocupante o fato de que muitas estão em perigo de extinção, ameaçadas pela transformação de habitats, a exploração excessiva, espécies exóticas invasoras, a poluição e alterações climáticas. O desaparecimento de quantidades tão vitais e grandes da diversidade biológica representa um dos maiores desafios para a comunidade mundial: conter a destruição da diversidade vegetal, um elemento tão essencial para as necessidades presentes e futuras da humanidade. A Estratégia Global para a Conservação de Plantas se propõe a enfrentar esse desafio. Embora o essencial da Estratégia seja a conservação de plantas, aspectos do uso sustentável e da repartição de benefícios também são considerados.

7. A base racional para uma estratégia com enfoque em plantas possui dois aspectos:

- (a) As plantas são produtoras primárias e proporcionam a infra-estrutura de habitats para muitos ecossistemas;
- (b) O estabelecimento de metas significativas é viável uma vez que pelo menos em relação às plantas superiores, tem-se uma compreensão científica que, embora incompleta, é maior do que a que se tem para a maioria dos outros grupos.

8. Assim sendo, a Estratégia se dirige ao Reino Vegetal com um enfoque em plantas superiores e outros grupos bem descritos, tais como as briófitas e pteridófitas. É mais confiável estabelecer metas mensuráveis para este conjunto de

As Diretrizes de Bonn

As Diretrizes de Bonn sobre o acesso a recursos genéticos e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da sua utilização foram adotadas pela COP VI da Convenção (decisão VI/24).

São reconhecidas como um primeiro passo bastante útil de um processo evolutivo na implementação dos dispositivos da Convenção relevantes nesta área, e também servem de orientação para questões como o conhecimento tradicional e a transferência de tecnologia. Essas diretrizes voluntárias objetivam auxiliar as Partes, outros Governos e outros grupos de interesse no desenvolvimento de uma estratégia para o acesso amplo e a repartição de benefícios, e na identificação das etapas envolvidas no processo de se obter acesso aos recursos genéticos e à repartição de benefícios. Também destinam-se a prestar auxílio durante a elaboração de medidas legislativas, administrativas ou políticas sobre o acesso e repartição de benefícios e/ou a negociação de acordos contratuais para o acesso e repartição de benefícios.

O Artigo 8(j) da Convenção declara que:

Cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso:

Em conformidade com sua legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas.

O Artigo 10(c) da Convenção declara que:

Cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso:

Proteger e encorajar a utilização costumeira de recursos biológicos de acordo com práticas culturais tradicionais compatíveis com as exigências de conservação ou utilização sustentável;

grupos taxonômicos do que para muitos grupos de plantas inferiores. Isto não significa que estes últimos grupos não desempenhem funções ecológicas importantes, nem que não estejam ameaçados. Entretanto, pelo menos na fase inicial, a alternativa mais plausível para a realização de ações efetivas é o enfoque em resultados atingíveis para grupos taxonômicos conhecidos. As Partes poderão, num âmbito nacional, optar por incluir grupos taxonômicos inferiores.

9. A Estratégia se aplica à diversidade genética de plantas, espécies e comunidades de plantas e seus habitats e ecossistemas associados.

10. A Estratégia se propõe a fornecer uma estrutura para ações no âmbito global, regional, nacional e local. A dimensão global da Estratégia é importante porque poderá:

- (a) Facilitar o desenvolvimento de um consenso global em torno dos principais objetivos, metas e ações;
- (b) Aumentar a possibilidade de que sejam implementadas ações transnacionais necessárias (como, por exemplo, alguns programas de recuperação);
- (c) Otimizar a disponibilidade e a utilidade das informações;
- (d) Ser utilizada para concentrar a pesquisa em questões genéricas fundamentais (tais como métodos de conservação);
- (e) Permitir a identificação de normas apropriadas para a conservação de plantas;
- (f) Mobilizar o apoio a ações globalmente significativas (espécies globalmente ameaçadas; “centros de diversidade vegetal” e “hot spots”); e
- (g) Permitir a colaboração entre entidades nacionais, regionais e internacionais.

11. A Estratégia Global para a Conservação de Plantas:

- (a) Aplicará as provisões da Convenção no que se refere ao acesso e repartição de benefícios, recorrendo, conforme for pertinente, às Diretrizes de Bonn relativas ao acesso e repartição de benefícios, visando assegurar a repartição justa e equitativa de benefícios derivados da utilização de recursos genéticos, e de acordo com o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura;
- (b) Desenvolverá os conhecimentos, inovações e práticas de comunidades indígenas e locais, com a aprovação e envolvimento dos detentores de tais conhecimentos, inovações e práticas, e contribuirá para a implementação do Artigo 8(j) da Convenção;
- (c) Aplicará a abordagem ecossistêmica adotada sob a Convenção, reconhecendo a interação das plantas e das comunidades de plantas com outros componentes dos ecossistemas, em qualquer escala, e seu papel no contexto das funções e processos dos ecossistemas. A abordagem ecossistêmica também envolve, dentre outros, a cooperação intersetorial, a descentralização do manejo ao nível mínimo apropriado, a distribuição equitativa de benefícios e a utilização de políticas de manejo adaptativas que lidam com incertezas e são modificadas à luz da experiência e da mudança de condições;
- (d) Empregará medidas de conservação *in situ* como a principal abordagem para a conservação, complementando-as, se necessário, com medidas *ex situ*. A Estratégia proporciona uma oportunidade para a exploração de associações entre a conservação *in situ* e *ex situ*, inclusive em programas de restauração.
- (e) Adotará uma abordagem multidisciplinar que leva em conta questões científicas, sociais e econômicas;
- (f) Consolidará iniciativas ligadas a inventários nacionais.

C. Metas

12. As metas globais para o ano de 2010 seguem abaixo, e suas condições e embasamento técnico foram acrescentados à presente Estratégia: A data de 2010 foi utilizada para se sincronizar a Estratégia com o Plano Estratégico da Convenção.

(a) Compreender e documentar a diversidade de plantas:

(i) Uma lista funcional amplamente acessível das espécies conhecidas de plantas, como um passo para a elaboração de uma lista completa da flora mundial;

Cerca de 900.000 nomes científicos são empregados para 270.000 espécies vegetais conhecidas.

Condições e embasamento técnico

Uma lista funcional das espécies conhecidas de plantas é vista como um requisito fundamental para a conservação de plantas. Considera-se viável atingir esta meta até 2010, especialmente por se tratar de uma lista funcional, não de uma lista definitiva, e por limitar-se a organismos conhecidos (hoje cerca de 270.000, estimativa esta que poderá aumentar em 10% - 20% até 2010). Conhecem-se cerca de 900.000 nomes científicos para estas 270.000 espécies. Com efeito, esta meta exigirá que os conhecimentos existentes sejam compilados e sintetizados, com um enfoque em nomes e sinônimos e na distribuição geográfica. Tanto as floras e compilações nacionais quanto as iniciativas internacionais são importantes neste sentido. A lista poderia ser disponibilizada e tornar-se acessível através da Internet, com versões complementares em CD-ROM e impressas. Trabalhos relativos a floras nacionais e regionais serão necessários mais adiante, para servirem de base para o objetivo de prazo mais amplo de se desenvolver uma lista completa da flora mundial, incluindo nomes locais e vernáculos.

(ii) Uma avaliação preliminar do estado de conservação de todas as espécies conhecidas de plantas em níveis nacionais, regionais e internacionais;

34.000 espécies vegetais são classificadas como plantas globalmente ameaçadas de extinção.

Condições e embasamento técnico

O estado de conservação de mais de 60.000 espécies foi avaliado segundo critérios aprovados pela comunidade internacional, sendo que dentre essas espécies, 34.000 são classificadas como plantas globalmente ameaçadas de extinção (IUCN, 1997). Além disso, muitos países já avaliaram o estado de conservação de suas próprias floras. Hoje são conhecidas cerca de 270.000 espécies. Dentre as que ainda deverão ser avaliadas, apenas um percentual dispõe de informações suficientes para uma avaliação plena. Assim sendo, terá sido efetuada apenas uma avaliação preliminar das espécies restantes que apresentam "deficiência de dados". Posteriormente, um trabalho de campo mais amplo será indispensável para a elaboração de avaliações mais abrangentes.

(iii) Desenvolvimento de modelos com protocolos para a conservação e o uso sustentável de plantas, com base em pesquisas e experiências práticas;

Condições e embasamento técnico

A pesquisa na área da biologia da conservação e as metodologias e técnicas práticas para a conservação são fundamentais para a conservação da diversidade vegetal e o uso sustentável de seus componentes. Estas poderão ser aplicadas através do desenvolvimento e disseminação efetiva de modelos relevantes e protocolos para a aplicação de boas práticas com base em resultados de novas pesquisas e novas experiências práticas de manejo existentes.

Neste sentido, entende-se por 'protocolo' uma orientação prática para a condução de atividades ligadas à conservação e uso sustentável de plantas em ambientes específicos. As principais áreas que requerem o desenvolvimento de modelos com protocolos incluem: a integração da conservação *in situ* e *ex situ*; a manutenção de plantas ameaçadas dentro de ecossistemas; a aplicação da abordagem ecossistêmica; a manutenção de um equilíbrio entre o uso sustentável e a conservação; as metodologias para o estabelecimento de prioridades na conservação; e metodologias para o monitoramento de atividades ligadas à conservação e ao uso sustentável.

(b) Conservar a diversidade de plantas:**(iv) Pelo menos 10 por cento de cada região ecológica do mundo efetivamente conservada;**

Pastagens naturais (tais como pradarias) e ecossistemas costeiros e estuarinos, inclusive manguezais, são mal representados em áreas protegidas.

Condições e embasamento técnico

As áreas protegidas abrangem hoje cerca de 10% da superfície terrestre. Em geral, as florestas e as áreas montanhosas estão bem representadas em áreas protegidas, enquanto pastagens naturais (tais como pradarias) e ecossistemas costeiros e estuarinos, inclusive manguezais, são mal representados. Esta meta implicaria em: (i) aumentar-se a representação de diferentes regiões ecológicas em áreas protegidas, e (ii) aumentar-se a efetividade das áreas protegidas. Como algumas regiões ecológicas incluirão áreas protegidas que cobrirão mais de 10% de suas áreas, utiliza-se a qualificação de “pelo menos”. Em alguns casos poderá ser necessário restaurar e reabilitar os ecossistemas. Quando se fala em conservação efetiva, subentende-se que a área seja manejada de modo a alcançar um estado de conservação favorável para as espécies e comunidades de plantas que ali existem. Podem ser utilizadas várias abordagens para a identificação de regiões ecológicas, baseadas nos principais tipos de vegetação. Metas adicionais poderão ser acordadas no futuro.

(v) Proteção assegurada para 50 por cento das áreas mais importantes para a diversidade de plantas;**Condições e embasamento técnico**

As áreas mais importantes para a diversidade de plantas seriam identificadas segundo critérios que incluiriam o endemismo, a riqueza das espécies, e/ou a unicidade dos habitats, inclusive dos ecossistemas relictos, e também seria levada em conta a provisão de serviços para o ecossistema. Estas áreas seriam identificadas primeiramente em níveis locais e nacionais. Sua proteção seria assegurada por meio de medidas efetivas de conservação, inclusive para áreas protegidas. Experiências a partir de iniciativas regionais ligadas a zonas importantes para as plantas e uma abordagem semelhante em relação a zonas importantes para as aves sugerem que 50% seja uma meta realista para 2010. Num prazo mais amplo, deverá ser assegurada a proteção de todas as zonas importantes para as plantas.

(vi) Pelo menos 30 por cento das terras produtivas manejadas de forma compatível com a conservação da diversidade de plantas;**Condições e embasamento técnico**

Para fins desta meta, o termo terras produtivas se refere a terras cuja finalidade primordial é a agricultura (inclusive a horticultura), o pastoreio ou a produção de madeira. Compatível com a conservação da diversidade de plantas indica que uma série de objetivos se incorporam ao manejo de tais terras produtivas: a conservação da diversidade de plantas, que é parte integrante do próprio sistema de produção (por exemplo, espécies de plantas agrícolas, de pastagem ou arbóreas e diversidade genética); a proteção de outras espécies de plantas na paisagem da produção que sejam únicas, ameaçadas ou de especial valor socioeconômico. O uso de práticas de manejo que evitem impactos adversos significativos sobre a diversidade de plantas em ecossistemas vizinhos, por exemplo, evitando-se a liberação excessiva de produtos agroquímicos e impedindo-se a erosão insustentável do solo.

2. Métodos de produção integrada vêm sendo aplicados cada vez mais na agricultura, incluindo o manejo integrado de pragas, a agricultura de conservação, e o manejo *on-farm* de recursos fitogenéticos. De modo semelhante, práticas de manejo florestal sustentável vêm sendo aplicadas com maior frequência. Diante deste quadro e com a interpretação acima dos termos utilizados, considera-se que esta meta seja viável. Metas mais ambiciosas são adequadas para florestas e pastagens naturais ou seminaturais.

(vii) 60 por cento das espécies ameaçadas do mundo conservadas *in situ*;**Condições e embasamento técnico**

A expressão “conservadas *in situ*” significa aqui que as populações da espécie são efetivamente mantidas em pelo menos uma área protegida ou através de outras medidas de manejo *in situ*. Esta porcentagem já foi atingida em alguns países, porém para muitos outros exigiria esforços adicionais. Esta meta deve ser vista como um passo em direção à conservação *in situ* de todas as espécies ameaçadas.

(viii) 60 por cento das espécies de plantas ameaçadas em coleções *ex situ* acessíveis, preferencialmente no país de origem, e 10 por cento destas incluídas em programas de recuperação e restauração;**Condições e embasamento técnico**

Hoje mais de 10.000 espécies ameaçadas são mantidas em coleções vivas (jardins botânicos, bancos de sementes e coleções *in vitro* na forma de cultura de tecidos), representando cerca de 30% das espécies ameaçadas conhecidas. Considera-se que esta porcentagem possa ser aumentada até 2010 de modo a atingir a meta proposta, com recursos adicionais e o desenvolvimento e transferência de tecnologia, especialmente no caso das espécies com sementes recalcitrantes. No contexto desta meta, sugere-se que se dê prioridade a espécies criticamente ameaçadas, para as quais uma meta de 90% deverá ser atingida. Estima-se que atualmente cerca de 2% das espécies ameaçadas estejam incluídas em programas de recuperação e restauração. Diante desta linha-base, é recomendada uma meta de 10%.

Estima-se que hoje cerca de 30% das espécies ameaçadas conhecidas sejam mantidas em coleções vivas, ao passo que 2% das espécies ameaçadas estariam incluídas em programas de recuperação e restauração. É recomendada uma meta de 10%.

(ix) 70 por cento da diversidade genética de culturas e de outras espécies de plantas importantes de grande valor socioeconômico conservada, e os conhecimentos indígenas e locais associados mantidos;**Condições e embasamento técnico**

A teoria e a prática demonstram que, com uma estratégia apropriada, uma amostra relativamente pequena (geralmente, menos de mil aquisições) é capaz de conter 70% da diversidade genética de uma cultura. Para uma única espécie qualquer, portanto, esta meta poderá ser logo atingida. Para cerca de 200-300 tipos de plantações, prevê-se que 70% da diversidade genética já esteja conservada *ex situ* em bancos de genes. A diversidade genética também é conservada através do manejo *on-farm*. Desenvolvendo-se um trabalho conjunto com comunidades locais, os conhecimentos indígenas e locais associados também poderão ser mantidos. Combinando-se os bancos de genes, o manejo *on-farm*, e outras abordagens *in situ*, esta meta poderia ser atingida para todas as culturas em produção, bem como para as principais espécies forrageiras ou arbóreas. Outras espécies importantes de grande valor socioeconômico, tais como as plantas medicinais, poderiam ser escolhidas caso a caso conforme as prioridades nacionais. Através de ações conjuntas entre os países, cerca de 2.000 ou 3.000 espécies poderiam ser abrangidas no total.

*Para cerca de 200-300 tipos de cultura, prevê-se que 70% da diversidade genética já esteja conservada *ex situ* em bancos de genes.*

(x) Planos de manejo implementados para pelo menos 100 espécies exóticas que ameaçam plantas, comunidades de plantas, os habitats e ecossistemas associados;**Condições e embasamento técnico**

Não há uma estimativa unânime confiável para o número de espécies exóticas que ameaçam plantas nativas, comunidades de plantas e os habitats e ecossistemas associados, a tal ponto que podem ser consideradas como “importantes”. Recomenda-se portanto que a meta seja estabelecida para um número absoluto de tais espécies exóticas invasoras importantes. Considera-se apropriado o termo “pelo menos 100”. As 100 espécies exóticas invasoras seriam selecionadas com base em prioridades nacionais, levando-se em conta também a importância dessas espécies em níveis locais e globais. Para muitas espécies exóticas, prevê-se que planos de manejo diferentes serão necessários nos diferentes países em que representam uma ameaça para plantas, comunidades de plantas e os habitats e ecossistemas associados. Esta meta seria vista como um primeiro passo para o desenvolvimento de planos de manejo para todas as principais espécies exóticas que ameaçam plantas, comunidades de plantas e os habitats e ecossistemas associados.

(c) Usar a diversidade de plantas de forma sustentável:**(xi) Nenhuma espécie da flora silvestre ameaçada pelo comércio internacional;****Condições e embasamento técnico**

A formulação proposta para esta meta é mais precisa, pois enfoca as espécies que são de fato ameaçadas pelo comércio internacional. Assim formulada, a meta é atingível e complementa a meta 12. As espécies da flora silvestre ameaçadas pelo comércio internacional incluem, mas não se limitam às espécies listadas no apêndice 1 da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Silvestres em Perigo de Extinção (CITES). A meta é compatível com a finalidade principal do Plano Estratégico da CITES (até 2005): “Nenhuma espécie da flora silvestre estará sujeita à exploração insustentável devido ao comércio internacional”.

(xii) 30 por cento dos produtos derivados de plantas obtidos de fontes que são manejadas de forma sustentável;**Condições e embasamento técnico**

1. *Produtos derivados de plantas* incluem produtos alimentares, madeira, papel e outros produtos derivados da madeira, outros produtos de fibra, e plantas ornamentais, medicinais e outras plantas destinadas à utilização direta.
2. Entende-se que as *fontes que são manejadas de forma sustentável* incluem:
 - Ecossistemas naturais ou seminaturais manejados de forma sustentável (evitando-se colheitas excessivas de produtos ou danos a outros componentes do ecossistema), com exceção de certas florestas primárias e ecossistemas quase intocados de alto valor para a conservação que possivelmente não permitam a extração comercial de recursos.
 - Plantações florestais e terras agrícolas manejadas de forma sustentável.
3. Em ambos os casos, as considerações sociais e ambientais tais como a repartição justa e equitativa de benefícios e a participação de comunidades indígenas e locais devem ser entendidas como parte integrante do manejo sustentável.
4. Indicadores de progresso poderiam incluir:
 - Medidas diretas, por exemplo, os produtos estarem de acordo com normas relevantes verificadas (por exemplo, para alimentos orgânicos, para madeira certificada, e normas intermediárias que codificam as boas práticas para a agricultura e a silvicultura sustentáveis);
 - Medidas indiretas, por exemplo: produtos obtidos de fontes consideradas sustentáveis ou quase-sustentáveis com base em análises do sistema agrícola, levando-se em conta a adoção de métodos de produção integrada. A avaliação do progresso será auxiliada pelo desenvolvimento de critérios e indicadores de manejo agrícola e florestal sustentável.
5. Os alimentos orgânicos certificados e a madeira certificada hoje respondem por cerca de 2% da produção global. Para várias categorias de produtos, há exemplos de 10%-20% de produtos que satisfazem normas intermediárias. Comparada a esta linha-base, considera-se a meta atingível. Esta meta se aplicaria a cada categoria de produtos derivados de plantas, compreendendo-se que para certas categorias será mais difícil atingi-la, bem como monitorar-se o progresso. A implementação neste caso exigiria o uso conjunto de abordagens específicas para o produto e abordagens em escala setorial, de forma compatível com o programa de trabalho em biodiversidade agrícola da Convenção.

“garantir que as tendências atuais das taxas de perda de recursos ambientais serão efetivamente revertidas tanto em níveis globais como nacionais, até 2015”.

(xiii) A diminuição dos recursos vegetais e conhecimentos, inovações e práticas indígenas e locais associadas que apóiam os meios de subsistência, a segurança alimentar e os serviços de saúde sustentáveis locais, contida;

Condições e embasamento técnico

A diversidade vegetal serve de apoio para meios de subsistência, para a segurança alimentar e para serviços de saúde. Esta meta é compatível com uma das metas internacionais de desenvolvimento amplamente acordadas, isto é, “garantir que as tendências atuais das taxas de perda de recursos ambientais serão efetivamente revertidas tanto em níveis globais como nacionais, até 2015”. Recomenda-se e considera-se viável que o declínio seja detido até 2010 e que subsequente esse declínio seja revertido. Os recursos vegetais e os métodos relevantes para se lidar com seu declínio são em sua maioria específicos para cada local e portanto a implementação deverá ser desenvolvida localmente. Entende-se que o escopo da meta inclua os recursos vegetais e os conhecimentos etnobotânicos associados. As medidas destinadas a conter a diminuição dos conhecimentos indígenas e locais associados deverão ser implementadas em conformidade com o programa de trabalho da Convenção para o Artigo 8(j) e as provisões associadas.

(d) Promover a educação e a conscientização sobre a diversidade de plantas:

A comunicação, a educação e a conscientização do público quanto à importância da diversidade de plantas são fundamentais para a realização de todas as metas da estratégia.

(xiv) A importância da diversidade de plantas e a necessidade de sua conservação, incorporadas em programas de comunicação, educacionais e de conscientização do público;

Condições e embasamento técnico

A comunicação, a educação e a conscientização do público quanto à importância da diversidade de plantas são fundamentais para a realização de todas as metas da estratégia. Entende-se que esta estratégia se refira tanto à educação formal quanto à não formal em todos os níveis, incluindo os ensinos primário, secundário e superior. O público-alvo principal não inclui apenas crianças e outros tipos de estudantes, mas também articuladores políticos e o público em geral. Deve-se considerar o desenvolvimento de indicadores específicos para se monitorar o progresso em direção à realização da meta global. O desenvolvimento de indicadores para públicos-alvos específicos poderá ser útil. Dada a importância estratégica da educação sobre a conservação de plantas, esta questão deverá ser incluída não só em currículos ambientais, mas também em áreas mais amplas das políticas educacionais de escolas regulares.

(e) Capacitação para a conservação da diversidade de plantas:

(xv) O número de pessoas capacitadas trabalhando em instalações adequadas na área de conservação de plantas aumentado, conforme as necessidades nacionais, para que as metas desta Estratégia sejam atingidas;

É provável que até 2010 seja preciso dobrar o número de pessoas no mundo capacitadas para trabalhar na conservação de plantas.

Condições e embasamento técnico

A realização das metas incluídas nesta Estratégia exigirá um esforço considerável em prol da capacitação, particularmente para se suprir a falta de profissionais em conservação qualificados em uma série de disciplinas e com acesso instalações adequadas. Para que esta meta seja atingida, além dos programas de treinamento, será necessário um compromisso de longo prazo em relação à manutenção da infra-estrutura. As “instalações apropriadas” pressupõem a inclusão de recursos tecnológicos, institucionais e financeiros adequados. A capacitação deverá basear-se em avaliações das necessidades nacionais. É provável que até 2010 seja preciso dobrar o número de pessoas no mundo capacitadas para trabalhar na conservação de plantas. Em vista da desproporção geográfica entre a biodiversidade e os conhecimentos especializados, é possível que envolva bastante mais do que o dobro de pessoas capacitadas em muitos países em desenvolvimento, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e países com economias em transição. Entende-se que o desenvolvimento da capacitação inclua não só o treinamento e orientação em serviço, mas também o treinamento de funcionários adicionais e de outros grupos de interesse, particularmente no nível comunitário.

(xvi) Redes para atividades ligadas à conservação de plantas, estabelecidas ou consolidadas em níveis nacionais, regionais e internacionais.

Condições e embasamento técnico

As redes intensificam a comunicação e oferecem um mecanismo para a troca de informações, know-how e tecnologia. As redes serão um componente importante na coordenação dos esforços entre muitos grupos de interesse para que todas as metas da estratégia possam ser atingidas. Também ajudarão a evitar a duplicação de um mesmo esforço e a otimizar a alocação eficiente de recursos. Por meio de redes efetivas, é possível desenvolver abordagens em comum para problemas ligados à conservação de plantas, compartilhar políticas e prioridades e ajudar a disseminar a implementação de todas essas políticas em diferentes níveis. Possibilitam também o estreitamento das ligações entre diferentes setores relevantes para a conservação como, por exemplo, o setor botânico, o ambiental, o agrícola, o florestal e o educacional. As redes permitem a criação de um elo fundamental entre as ações de conservação *in loco* e o desenvolvimento da coordenação, do monitoramento e da política em todos os níveis. Entende-se que esta meta inclua uma participação mais ampla nas redes existentes, bem como o estabelecimento de novas redes onde se fizer necessário.

13. Estas metas fornecem uma estrutura para a formulação de políticas e uma base para o monitoramento. As metas nacionais desenvolvidas dentro desta estrutura poderão variar de país para país de acordo com as prioridades e potencialidades nacionais, considerando-se as diferenças na diversidade de plantas.



D.A Estratégia enquanto estrutura

14. A Estratégia não se propõe a ser um “programa de trabalho” análogo aos programas de trabalho temáticos e transversais existentes sob a Convenção. Não contém, portanto, atividades detalhadas, resultados esperados, etc. Mais exatamente, a Estratégia fornece uma estrutura ao estabelecer metas orientadas para os objetivos (que diferem das metas relacionadas a “processos” que até o momento vêm sendo utilizadas sob a Convenção). Imagina-se que as atividades necessárias para a realização dessas metas possam ser desenvolvidas dentro desta estrutura. Em muitos casos, as atividades já estão em andamento ou são contempladas em iniciativas existentes. Tais atividades incluem:

- (a) Atividades que objetivam a conservação de plantas no contexto de estratégias de biodiversidade e planos de ação nacionais e planos, programas e políticas setoriais e transsetoriais relevantes. A esse respeito, as Partes e os Governos talvez queiram apresentar um relatório sobre a incorporação da Estratégia em seus planos, programas e políticas nacionais;
- (b) Atividades relevantes no escopo de iniciativas relevantes existentes, particularmente
- o Plano Estratégico e os trabalhos do Comitê de Plantas da Convenção sobre o Comércio Internacional da Fauna e da Flora Silvestre em Perigo de Extinção (CITES);
 - a Convenção Internacional de Proteção de Plantas (IPPC);
 - o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos da Organização para a Alimentação e Agricultura;
 - a Convenção de Berna sobre a Conservação da Vida Selvagem e dos Habitats Naturais da Europa;
 - o Plano Global de Ação da FAO para os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura;
 - o programa O Homem e a Biosfera da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO);
 - a Estratégia Global para Espécies Exóticas Invasoras do Programa Global para Espécies Exóticas Invasoras (GISP);
 - o programa de conservação de plantas da Comissão de Sobrevivência das Espécies da IUCN;
 - as Normas Internacionais de Conservação para Jardins Botânicos;
 - as atividades da Associação Internacional de Jardins Botânicos;
 - o programa People and Plants do WWF-UNESCO;
 - as estratégias regionais, tais como a Estratégia Européia para a Conservação de Plantas do Conselho da Europa e Planta Europa;
- e
- (c) Atividades relevantes no âmbito dos programas de trabalho da Convenção sobre Diversidade Biológica, inclusive as que se referem à biodiversidade agrícola, à diversidade biológica florestal, à diversidade biológica de águas continentais, à diversidade biológica marinho-costeira, e a regiões áridas e subúmidas secas, bem como as atividades que envolvem questões transversais como o acesso e repartição de benefícios, o uso sustentável, indicadores, espécies exóticas, a Iniciativa Taxonômica Global e questões associadas ao Artigo 8(j).

15. A Estratégia e suas 16 metas se propõem a fornecer uma estrutura para os articuladores políticos e a opinião pública e a catalisar as reformas necessárias para se conseguir a conservação de plantas. Metas claras, estáveis e de longo prazo adotadas pela comunidade internacional poderão ajudar a moldar as expectativas e criar as condições em que cada ator quer seja um Governo, o setor privado ou a sociedade civil se sinta confiante o suficiente para desenvolver soluções para as ameaças à diversidade de plantas. É necessário que as metas sejam amplamente compreendidas, bem como atraentes para a opinião pública, razão pela qual deverão ser razoavelmente simples e diretas. Deverão ser entendidas sob um prisma mais lógico do que literal. Para que o número de metas seja manejável, é necessário que estas enfoquem um conjunto de atividades que sejam estratégicas e não se proponham a ser abrangentes. As metas poderão ser examinadas novamente e devidamente revisadas à medida que se tornarem disponíveis novas evidências científicas sobre áreas importantes para a diversidade de plantas, sobre ameaças à diversidade, e sobre as principais espécies exóticas que ameaçam plantas, comunidades de plantas e os habitats e ecossistemas associados.

E. Trabalhos adicionais exigidos para o desenvolvimento e a implementação da Estratégia

16. As medidas necessárias para a implementação da Estratégia deverão ser introduzidas nos níveis internacional, nacional e subnacional. Isto incluirá o desenvolvimento de metas nacionais e sua incorporação em planos, programas e iniciativas relevantes, inclusive em estratégias para a biodiversidade e planos de ação nacionais. As metas nacionais variarão de país para país de acordo com as diferenças nos níveis de diversidade vegetal e as prioridades nacionais. As agências financiadoras multilaterais e bilaterais deverão considerar a implantação de políticas e procedimentos que garantam que suas atividades financiadoras efetivamente se destinam a apoiar e não a ir de encontro à estratégia e suas metas.

17. Para cada meta, poderá ser necessário esclarecer o escopo das atividades e desenvolver submetas ou marcos. A fim de se monitorar o progresso que foi feito em relação às metas, poderá ser necessário desenvolver-se um conjunto de dados referenciais e uma série de indicadores. Tal procedimento envolveria a consulta de conjuntos de dados nacionais e internacionais relevantes (tais como "listas vermelhas" nacionais) e a utilização integral do Clearing-House Mechanism.

18. Os componentes regionais da Estratégia poderiam ser desenvolvidos, talvez por meio de uma abordagem biogeográfica.

19. Além das Partes - Países Signatários da Convenção, o projeto, o desenvolvimento e a implementação da estratégia deverão envolver uma série de atores e incluir:

- (a) Iniciativas internacionais (por exemplo, organizações intergovernamentais, agências das Nações Unidas, agências multilaterais de auxílio);
- (b) Organizações dedicadas à conservação e à pesquisa (inclusive conselhos gestores de áreas protegidas, e jardins botânicos, bancos de genes, universidades, institutos de pesquisa, organizações não governamentais e redes de organizações não governamentais);
- (c) Comunidades e grupos importantes (inclusive comunidades, agricultores, mulheres, jovens nativos e locais);
- (d) Governos (autoridades do governo central, regional e local);
- (e) O setor privado.

20. Com o intuito de promover a implementação da estratégia e facilitar a cooperação entre estas iniciativas, o Secretário Executivo se propõe a colaborar com grupos de interesse relevantes. Para garantir a participação de todos, os atores mencionados no parágrafo 19 acima deverão refletir não só as regiões geográficas das Nações Unidas, mas também as regiões biogeográficas. A colaboração proposta visa evitar a duplicação de esforços, promover a colaboração e as sinergias entre as iniciativas existentes, facilitar a análise dos progressos, das tendências e da eficácia de diferentes medidas destinadas à conservação e ao uso sustentável da diversidade de plantas. Também poderá ser considerado o estabelecimento de um mecanismo de coordenação flexível.



*Investing
in Nature*

Supported through
Investing in Nature; a partnership between
BGCI, Earthwatch, HSBC and WWF
Internet: <http://www.investinginnature.org>

